

O brincar como mediador das interações sociais na educação infantil: uma análise a partir da BNCC *Playing as a mediator of social interactions in early childhood education: an analysis based on the BNCC*

Mayara Luana Mendes de Araújo¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o brincar como mediador das interações sociais na Educação Infantil, a partir das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com abordagem qualitativa, o estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, centrando-se na análise da BNCC e em autores que discutem o desenvolvimento infantil, a ludicidade e as práticas pedagógicas. O brincar, enquanto direito de aprendizagem, favorece o desenvolvimento integral da criança e potencializa a construção de vínculos afetivos e sociais, além de promover a autonomia e a expressão de sentimentos. A análise evidencia que as interações sociais mediadas pelo brincar contribuem significativamente para o processo de ensino-aprendizagem, sendo essencial que o professor reconheça o valor da brincadeira como linguagem legítima da infância. Conclui-se que a valorização do brincar deve ser central nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, em consonância com os princípios estabelecidos pela BNCC.

Palavras-chave: Brincar; Interações Sociais; Educação Infantil; BNCC; Desenvolvimento Infantil.

Abstract

This study aims to analyze play as a mediator of social interactions in Early Childhood Education, based on the guidelines of the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC). With a qualitative approach, the research is grounded in bibliographic and documentary analysis, focusing on the BNCC and authors who address child development, playfulness, and pedagogical practices. Play, as a learning right, supports the child's holistic development and strengthens the formation of affective and social bonds, while fostering autonomy and emotional expression. The analysis reveals that social interactions mediated by play significantly contribute to the teaching and learning process. It is essential that teachers recognize the value of play as a legitimate language of childhood. It is concluded that valuing play should be central to pedagogical practices in Early Childhood Education, in line with the principles established by the BNCC.

Keywords: Play; Social Interactions; Early Childhood Education; BNCC; Child Development.

1. INTRODUÇÃO

A infância é reconhecida como uma fase singular do desenvolvimento humano, marcada por intensas experiências sociais, emocionais e cognitivas. Nesse cenário, o brincar se configura como linguagem própria da criança, sendo por meio dele que o sujeito infantil se expressa, interage e constrói significados sobre o mundo. A valorização do brincar vai além do entretenimento: trata-se de uma prática pedagógica essencial, capaz de promover o desenvolvimento integral da criança e fortalecer suas interações sociais no contexto da Educação Infantil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que orienta as práticas educacionais em todo o território nacional, reconhece o brincar como um dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Ao estabelecer os seis direitos de aprendizagem, a BNCC destaca a importância de ambientes educativos que proporcionem experiências significativas, lúdicas e coletivas, favorecendo a construção de vínculos afetivos e a socialização.

Diante disso, este artigo propõe-se a investigar o papel do brincar como mediador das interações sociais na Educação Infantil, sob a ótica da BNCC, analisando suas contribuições para o desenvolvimento das crianças e para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais sensíveis à infância.

¹ Graduanda em Secretariado Executivo do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Campus Recife/ PE. Mayra.araujo@ufpe.br

O problema que norteia esta pesquisa é: de que maneira o brincar contribui para as interações sociais e o desenvolvimento integral da criança na Educação Infantil, conforme orienta a BNCC?

O objetivo geral é analisar o brincar como mediador das interações sociais na Educação Infantil a partir da BNCC. Como objetivos específicos, pretende-se: compreender os fundamentos teóricos sobre o brincar e sua importância no desenvolvimento infantil; examinar os direitos de aprendizagem da BNCC que se relacionam à ludicidade e às interações sociais e refletir sobre práticas pedagógicas que favoreçam a socialização por meio da brincadeira.

Autores como Vygotsky (1984), Kishimoto (2007) e Janet R. Moyles defendem que o brincar é um elemento mediador essencial para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, da autonomia e da aprendizagem. Para Vygotsky, o brinquedo e a interação com o outro favorecem a internalização de significados culturais e a ampliação das zonas de desenvolvimento proximal.

Kishimoto (2007) acrescenta que a brincadeira favorece a resolução de conflitos, o exercício da imaginação e a experimentação de regras sociais. Para a autora, o brincar não deve ser visto como oposto à aprendizagem, mas como ferramenta pedagógica potente e necessária. Moyles também reforça que o brincar deve ter seu papel e status reconhecidos no planejamento curricular, sendo mais do que uma atividade espontânea, mas parte integrante da prática educativa.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental da BNCC. O estudo examina documentos oficiais e obras de referência sobre desenvolvimento infantil, ludicidade e práticas pedagógicas na Educação Infantil. A seleção dos materiais foi feita com base na relevância acadêmica e na contribuição teórica para a temática proposta.

A análise do conteúdo evidencia que, ao promover experiências lúdicas mediadas por educadores atentos, o brincar favorece o estabelecimento de relações sociais, a expressão de sentimentos, o respeito às diferenças e a cooperação entre pares. Tais interações são fundamentais para a construção de uma educação infantil mais afetiva, democrática e inclusiva.

Com este estudo, espera-se contribuir para o fortalecimento da compreensão do brincar como direito e como prática intencional dentro da Educação Infantil, fomentando uma atuação docente mais sensível às especificidades da infância e alinhada às diretrizes da BNCC.

A realização desta pesquisa proporcionou crescimento pessoal e profissional, uma vez que aprofundou a compreensão sobre o papel social da brincadeira e sua centralidade no processo educacional. Espera-se que este trabalho também colabore com educadores e futuros professores, incentivando práticas pedagógicas que respeitem a infância como tempo de brincar, conviver e aprender.

2. FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E DIÁLOGO COM A BNCC

2.1. O Brincar como Linguagem da Infância

2

O brincar é uma das atividades mais significativas da infância, sendo amplamente reconhecido como fundamental para o desenvolvimento integral da criança. Diversos teóricos destacam o papel da brincadeira na formação social, cognitiva e emocional da criança, entendendo-a como linguagem própria da infância. Kishimoto (2007) argumenta que a ludicidade é mais do que uma atividade espontânea; é um fenômeno cultural, social e pedagógico que promove a construção de sentidos sobre o mundo. A autora defende que o brincar deve ser compreendido como meio de expressão e elaboração simbólica, e não apenas como momento de lazer.

Janet R. Moyles reforça essa perspectiva ao afirmar que o brincar é central no processo de aprendizagem e não deve ser tratado como uma atividade acessória no currículo da Educação Infantil. A autora destaca que, durante a brincadeira, as crianças exploram, resolvem problemas, exercitam a comunicação e vivenciam experiências significativas para o desenvolvimento de competências sociais e emocionais. Para ela, a brincadeira precisa ser planejada, mediada e avaliada com o mesmo rigor dedicado às demais áreas do conhecimento, pois representa um modo legítimo de aprender e de se relacionar com o mundo.

Na perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1984) oferece uma das fundamentações mais sólidas para a compreensão do brincar como instrumento de desenvolvimento. O autor considera o brinquedo como um elemento essencial para o amadurecimento das funções psicológicas superiores, destacando que “no brinquedo, a criança se comporta além do seu comportamento habitual” (VYGOTSKY, 1984, p. 117). Por meio da brincadeira simbólica e das interações sociais, a criança internaliza normas culturais, aprende a lidar com regras e sentimentos, e amplia sua zona de desenvolvimento proximal. O autor entende que é no jogo de faz-de-conta que a criança projeta papéis sociais, antecipa comportamentos e estrutura sua identidade em relação ao outro.

Esse processo de desenvolvimento está diretamente relacionado à mediação das interações sociais. Brincar é, nesse sentido, um ato coletivo que favorece o convívio, a empatia e o exercício da cooperação. Como aponta Kishimoto (2007), a brincadeira impulsiona a formação de vínculos afetivos e fortalece a cooperação entre as crianças. É por meio do brincar que as crianças exercitam o diálogo, resolvem conflitos, aprendem a esperar sua vez e reconhecem a presença do outro como parte do processo educativo.

No campo das políticas educacionais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) reconhece o brincar como um dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança na Educação Infantil. O documento estabelece que a prática pedagógica com crianças pequenas deve estar fundamentada nos eixos das interações e da brincadeira, e propõe cinco campos de experiência em que essas dimensões se entrelaçam de forma transversal. A BNCC afirma que “as experiências vividas pelas crianças, por meio das brincadeiras, das interações e das diversas linguagens, são fundamentais para seu desenvolvimento integral” (BRASIL, 2017, p. 37). Assim, o brincar não é uma atividade periférica, mas estruturante das aprendizagens e das vivências escolares. Dessa forma, a mediação pedagógica é essencial para que o brincar cumpra seu papel formativo, aspecto aprofundado no próximo tópico.

Nesse sentido, observa-se que os direitos de aprendizagem propostos pela BNCC (BRASIL, 2017) estão diretamente relacionados às dimensões desenvolvidas por meio do brincar na Educação Infantil. A seguir, apresenta-se um quadro que relaciona esses direitos com os aspectos do desenvolvimento favorecidos pela ludicidade:

Quadro 1 – Relação entre os Direitos de Aprendizagem da BNCC e os Aspectos Desenvolvidos pelo Brincar

Direito de Aprendizagem (BNCC)	Desenvolvimento Apoiador pelo Brincar
Conviver	Desenvolvimento de empatia e respeito ao outro
Brincar	Imaginação, criatividade, expressão simbólica
Participar	Exercício de autonomia e escuta ativa
3 Explorar	Curiosidade, experimentação, resolução de problemas
Expressar	Comunicação verbal e não verbal, emoções
Conhecer-se	Construção da identidade, autoestima, autorregulação

Fonte: Elaboração própria com base na BNCC (BRASIL, 2017), Vygotsky (1984), Kishimoto (2007) e Moyles.

Como se observa no quadro, o brincar atua de forma transversal no desenvolvimento das competências previstas na BNCC, não se limitando a um único direito, mas permeando todos eles. A brincadeira, nesse contexto, é tanto um meio quanto fim: ela constitui uma experiência formativa em si mesma e, ao mesmo tempo, favorece o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança. Ao articular os direitos de aprendizagem com os aspectos desenvolvidos pelo brincar, o educador amplia seu olhar sobre a importância da ludicidade e fortalece práticas pedagógicas mais intencionais, inclusivas e humanizadas.

2.2. O Papel do Educador na Mediação do Brincar

O papel do educador é central na mediação das experiências lúdicas na Educação Infantil. Não se trata apenas de permitir que as crianças brinquem livremente, mas de reconhecer o brincar como eixo estruturante do currículo e planejar situações que ampliem suas possibilidades de aprendizagem e socialização. De acordo com Moyles, a atuação docente deve ser pautada por intencionalidade pedagógica, sensibilidade e escuta ativa, para garantir que a brincadeira esteja alinhada aos objetivos educativos sem perder sua espontaneidade e autenticidade.

Kishimoto (2007) reforça que a mediação do professor é essencial para dar significado às experiências lúdicas e garantir que todas as crianças tenham oportunidades de participação. A autora destaca que o educador deve observar, intervir quando necessário, propor desafios e oferecer materiais e ambientes que estimulem a imaginação, o diálogo e a colaboração. Nesse sentido, o profissional da Educação Infantil deixa de ser apenas um “supervisor” e se torna um agente formador, que transforma o brincar em uma experiência educativa intencional, potente e inclusiva.

A BNCC também atribui ao professor o papel de organizador do ambiente educativo, garantindo tempos e espaços para o brincar em suas múltiplas formas: espontâneo, dirigido, simbólico, de regras, coletivo ou individual. Com base nisso, a brincadeira mediada ganha contornos pedagógicos, sendo articulada às competências previstas nos campos de experiência e promovendo aprendizagens significativas desde os primeiros anos escolares (BRASIL, 2017).

2.3. O Brincar e a Construção da Autonomia Infantil

O brincar representa uma prática pedagógica capaz de promover, além da interação social, o desenvolvimento da autonomia infantil. Na Educação Infantil, a autonomia é entendida como a capacidade progressiva da criança de tomar decisões, agir por iniciativa própria e participar ativamente das situações do cotidiano. Essa construção não ocorre de maneira isolada, mas é mediada pelas experiências lúdicas que permitem à criança testar hipóteses, enfrentar desafios, tomar decisões e lidar com frustrações em contextos simbólicos. Assim, o brincar se configura como um território de liberdade e aprendizado, onde a criança exerce seu protagonismo de maneira ativa e significativa.

4

Segundo Piaget (1975), o desenvolvimento da autonomia se dá a partir da ação da criança sobre o mundo, sendo a brincadeira uma das formas mais ricas de organização dessa ação. Ao brincar, a criança cria regras, as modifica e internaliza valores, normas e limites, passando da heteronomia (regulação externa) à autonomia moral. Para o autor, o jogo simbólico favorece a construção da noção de identidade, além de estimular a imaginação e a autoexpressão.

Wallon (2007), por sua vez, destaca o papel das emoções e do corpo no desenvolvimento da consciência de si e do outro. Para ele, o brincar integra os aspectos afetivos, motores e cognitivos da criança,

oferecendo um espaço privilegiado para a construção da autonomia em um ambiente afetivamente seguro. A alternância entre iniciativas individuais e negociações coletivas no ato de brincar favorece o exercício da escolha, do autocontrole e da empatia, fundamentais para a formação do sujeito autônomo.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) reforça essa perspectiva ao reconhecer que a autonomia deve ser estimulada desde os primeiros anos de vida escolar. O documento destaca que o brincar é um dos eixos estruturantes da Educação Infantil e afirma que as práticas pedagógicas devem garantir “o direito das crianças a se expressarem, se posicionarem e atuarem de forma autônoma e participativa” (BRASIL, 2017, p. 39). Entre os seis direitos de aprendizagem previstos, “participar” e “conhecer-se” estão diretamente relacionados à construção da autonomia e encontram na ludicidade um caminho essencial para seu desenvolvimento.

Cabe ao educador, portanto, favorecer experiências em que a criança possa tomar decisões, assumir responsabilidades e explorar diferentes formas de expressão. Como aponta Kramer (2003), a autonomia infantil não é algo que se ensina diretamente, mas que se vivencia em práticas educativas que valorizem a escuta da criança, a liberdade com responsabilidade e a confiança em suas capacidades. Ao proporcionar momentos de brincadeira em que a criança é autora de sua ação, o professor contribui para a formação de sujeitos conscientes de si, críticos e participativos.

Dessa forma, o brincar ultrapassa sua dimensão recreativa para se consolidar como espaço formador de sujeitos autônomos, capazes de agir no mundo com responsabilidade e criatividade. A autonomia, construída nas pequenas decisões do brincar, representa um dos pilares de uma educação que respeita a infância como tempo de experimentação, descoberta e afirmação de si no coletivo.

Em síntese, o brincar se constitui como linguagem da infância, meio de socialização e instrumento de desenvolvimento integral, assumindo papel central na formação de sujeitos autônomos e críticos. A BNCC reconhece e valoriza essa prática, mas é a ação docente mediada por intencionalidade e escuta que transforma o brincar em experiência pedagógica. Assim, compreender o brincar em sua complexidade é essencial para fundamentar propostas educativas que respeitem as múltiplas dimensões da infância.

Portanto, os aportes teóricos analisados convergem para a compreensão de que o brincar é um direito da criança, uma linguagem legítima e um poderoso instrumento de desenvolvimento. Ao articular teoria, política educacional e prática pedagógica, compreende-se que o brincar, quando intencionalmente mediado, atua como eixo formador das interações sociais e contribui para uma educação mais sensível, democrática e transformadora.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. A escolha desse tipo de pesquisa se justifica pela natureza do objeto investigado, que envolve a compreensão de fenômenos sociais, culturais e pedagógicos relacionados ao brincar como mediador das interações sociais na Educação Infantil, conforme orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos e documentos aos processos sociais, o que se mostra adequado ao tema em questão.

Quanto ao procedimento metodológico, a investigação consistiu na análise de documentos oficiais, com ênfase na BNCC, e na revisão de produções acadêmicas que discutem o brincar, a ludicidade, a autonomia infantil e as interações sociais no contexto da Educação Infantil. Gil (2008) destaca que a pesquisa bibliográfica permite a construção de um quadro teórico fundamentado em contribuições de diferentes autores, possibilitando a análise crítica do objeto estudado. Complementarmente, a pesquisa documental possibilita a

interpretação de textos normativos, como a BNCC, relacionando-os com as práticas pedagógicas.

As fontes utilizadas foram livros clássicos da área, artigos científicos publicados em bases acadêmicas e documentos normativos oficiais do Ministério da Educação. Os critérios de seleção das obras incluíram a relevância teórica dos autores para a compreensão da temática, a atualidade das produções, quando possível, e a relação direta com os eixos de análise definidos: o brincar como linguagem da infância, o papel do educador na mediação do brincar e a construção da autonomia infantil.

A análise dos dados foi realizada por meio de leitura crítica e interpretação dos materiais, buscando identificar convergências e divergências entre os autores, bem como a forma como a BNCC orienta a prática pedagógica no que se refere ao brincar e às interações sociais. De acordo com Bardin (2011), a análise qualitativa de conteúdo possibilita organizar e interpretar informações de forma sistemática, favorecendo a compreensão aprofundada do fenômeno estudado.

Assim, a metodologia adotada permitiu fundamentar a discussão sobre o brincar como mediador das interações sociais na Educação Infantil, articulando a teoria pedagógica com as diretrizes normativas da BNCC, de modo a evidenciar a importância da ludicidade na formação integral da criança.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

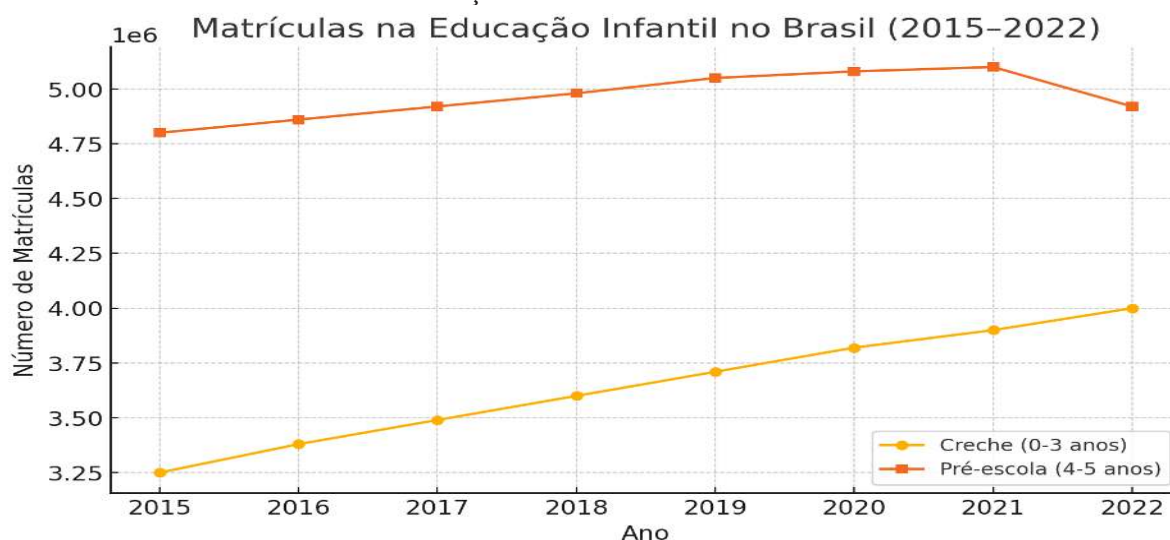
4.1 Panorama da Educação Infantil e o Brincar no Brasil

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2022), o Brasil conta com mais de 8,9 milhões de crianças matriculadas na Educação Infantil, distribuídas entre creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos). A BNCC, homologada em 2017, estabeleceu parâmetros que visam garantir que todas essas crianças tenham acesso a experiências lúdicas, interativas e significativas, assegurando o direito ao brincar como dimensão constitutiva do processo educativo (BRASIL, 2017).

No entanto, pesquisas apontam que ainda há uma distância entre o prescrito e o realizado. Um estudo conduzido por Kishimoto e colaboradores (2018) identificou que, embora os professores reconheçam a importância do brincar, muitas práticas ainda são centradas em atividades diretivas e em conteúdos escolares antecipados, reduzindo o espaço para a ludicidade espontânea e criativa.

Para melhor compreender a dimensão da Educação Infantil no Brasil, observa-se a evolução do número de matrículas em creches e pré-escolas no período de 2015 a 2022. Os dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP) permitem visualizar o crescimento da oferta e evidenciam a necessidade de que essa expansão esteja acompanhada de práticas pedagógicas fundamentadas no brincar, conforme orienta a BNCC. Essa evolução pode ser observada no Gráfico 1, que apresenta o número de matrículas em creches e pré-escolas no Brasil entre 2015 e 2022.

Gráfico 1 – Matrículas na Educação Infantil no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2015–2022).

Os dados apresentados no gráfico evidenciam que a expansão das matrículas em creches e pré-escolas precisa ser acompanhada por práticas pedagógicas fundamentadas na ludicidade, de modo a assegurar a efetivação dos direitos de aprendizagem previstos na BNCC. Nesse sentido, conforme já discutido no Quadro 1, os seis direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se encontram no brincar sua principal base de realização.

A análise das concepções de Vygotsky, Piaget, Wallon, Kishimoto e Moyles demonstra que há pontos de encontro entre teoria e diretrizes curriculares. O Quadro 2 sintetiza essas correspondências, reforçando a centralidade do brincar na Educação Infantil.

Quadro 2 – Convergências entre Teoria e BNCC

Autor	Contribuição teórica sobre o brincar	Correspondência com a BNCC
Vygotsky (1984)	Brincar cria zona de desenvolvimento proximal e promove internalização de regras sociais.	Campos de Experiência: “O eu, o outro e o nós” / “Escuta, fala, pensamento e imaginação”.
Kishimoto (2007)	Brincar é prática pedagógica que promove vínculos, cooperação e criatividade.	Direitos: Conviver, Brincar, Participar.
Moyles (2002, trad.)	O brincar é central no currículo, devendo ser planejado e avaliado.	BNCC reconhece brincar como eixo estruturante, ao lado das interações.
Piaget (1975)	Brincar favorece a construção da autonomia moral.	Direitos: Participar e Conhecer-se.
Wallon (2007)	Emoções e corpo integrados no brincar desenvolvem autocontrole e empatia.	Campos de Experiência: Corpo, gestos e movimentos.

7 Fonte: Elaboração própria com base em BRASIL (2017), Vygotsky (1984), Kishimoto (2007), Moyles (2002, trad.), Piaget (1975) e Wallon (2007).

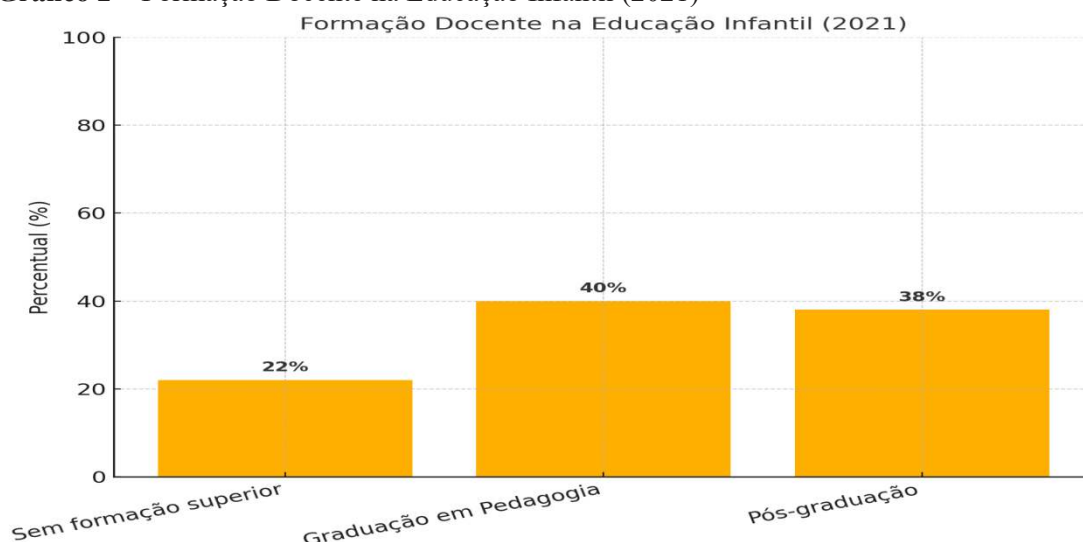
4.3 Desafios na Implementação do Brincar como Eixo Pedagógico

Embora haja avanços na valorização do brincar, estudos apontam desafios para sua efetiva implementação. Oliveira (2020) observa que a pressão por resultados mensuráveis e a antecipação da escolarização

levam muitas escolas a reduzirem o tempo e o espaço do brincar em favor de atividades mais conteudistas. Isso reflete a persistência de uma visão fragmentada da infância, que desconsidera a ludicidade como meio legítimo de aprendizagem.

Outro desafio refere-se à formação docente. Segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2021), a maior parte dos professores da Educação Infantil possui ensino superior completo, principalmente em Pedagogia. No entanto, ainda é reduzido o número de docentes com formação continuada ou pós-graduação específica na área, o que pode impactar diretamente a compreensão e a valorização do brincar como prática pedagógica. Sem formação adequada, há o risco de o brincar ser tratado como mero recreio, e não como espaço educativo intencional. Esses dados podem ser visualizados de maneira mais clara na distribuição percentual da formação dos professores da Educação Infantil no Brasil, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Formação Docente na Educação Infantil (2021)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua – Educação (IBGE, 2021).

Os dados revelam que, apesar de avanços no nível de escolaridade dos docentes, ainda há um contingente significativo sem formação adequada. Esse cenário impacta diretamente a valorização do brincar, pois professores com menor preparo tendem a reproduzir práticas tradicionalistas, tratando a brincadeira como recreação e não como prática pedagógica intencional.

Nesse sentido, observa-se um paradoxo: ao mesmo tempo em que a BNCC estabelece o brincar como eixo fundamental da Educação Infantil, práticas escolares ainda tendem a minimizar sua centralidade. Isso demonstra que o desafio não é apenas normativo, mas cultural e formativo. A efetivação do brincar como direito depende de três fatores:

- compromisso político e institucional em valorizar a BNCC não apenas como documento formal, mas como guia real da prática pedagógica;
- formação docente continuada, que amplie o repertório teórico e metodológico dos professores;
- mudança de paradigma social e educacional, reconhecendo a infância como tempo próprio, e o brincar como experiência legítima de aprendizagem e de vida.

Diante do exposto, constata-se que o brincar ocupa lugar central no processo de desenvolvimento infantil, tanto do ponto de vista teórico quanto normativo, sendo amplamente respaldado pela BNCC e pela literatura especializada. No entanto, sua efetiva implementação ainda enfrenta obstáculos ligados à cultura escolar e à formação docente. Superar tais desafios implica não apenas em investimentos na qualificação profissional, mas também em uma mudança de paradigma que reconheça a infância como tempo

legítimo de brincar, conviver e aprender. Essa compreensão é fundamental para orientar práticas pedagógicas mais democráticas, inclusivas e humanizadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o brincar como mediador das interações sociais na Educação Infantil, a partir das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para isso, foram estabelecidos três objetivos específicos: compreender os fundamentos teóricos sobre o brincar e sua importância no desenvolvimento infantil; examinar os direitos de aprendizagem previstos na BNCC que se relacionam à ludicidade e às interações sociais; e refletir sobre práticas pedagógicas que favoreçam a socialização por meio da brincadeira.

A análise teórica e documental evidenciou que o brincar é reconhecido como linguagem legítima da infância e constitui-se em um dos principais instrumentos de desenvolvimento integral da criança. Autores como Vygotsky, Kishimoto, Moyles, Piaget e Wallon reforçam que, por meio da brincadeira, a criança desenvolve competências cognitivas, sociais, emocionais e motoras, internaliza normas culturais e constrói sua identidade. O brincar não se restringe a um momento recreativo, mas se apresenta como eixo formativo da infância, essencial para a aprendizagem e para a socialização.

Do ponto de vista das políticas educacionais, a BNCC atribui ao brincar papel central, ao reconhecê-lo como um dos seis direitos de aprendizagem e como eixo estruturante do currículo da Educação Infantil. Essa perspectiva reforça a necessidade de práticas pedagógicas intencionais, que garantam experiências significativas e inclusivas, capazes de promover vínculos afetivos, cooperação e autonomia infantil. Os dados analisados também evidenciaram desafios na efetiva implementação do brincar nas instituições, destacando a necessidade de ampliar a formação docente, superar práticas escolarizantes precoces e valorizar a infância em sua singularidade.

Conclui-se que o brincar deve ser compreendido e valorizado como direito da criança e como prática pedagógica essencial, que articula teoria, política e ação educativa. Cabe ao educador assumir o papel de mediador, planejando e organizando situações lúdicas que favoreçam a expressão, a interação e a construção da autonomia. Nesse sentido, a consolidação de uma Educação Infantil democrática, humanizadora e sensível às especificidades da infância depende do reconhecimento do brincar como eixo central da aprendizagem e do desenvolvimento.

Por fim, considera-se que este estudo contribui para a reflexão sobre a importância da ludicidade na Educação Infantil, podendo subsidiar professores, gestores e futuros educadores na construção de práticas pedagógicas mais coerentes com os princípios da BNCC. Recomenda-se que pesquisas futuras investiguem, a partir de dados empíricos, como o brincar tem sido efetivamente implementado nas escolas brasileiras, de modo a ampliar a compreensão sobre os avanços e os desafios que ainda se colocam para a Educação Infantil no país.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 ago. 2025.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IBGE. **PNAD Contínua: Educação 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.



INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2022**. Brasília: MEC/INEP, 2022.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001672394>. Acesso em: 26 ago. 2025.

KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A.; OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (orgs.). **Infância e Educação Infantil**: políticas, pesquisas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOYLES, Janet R. *Just Playing? The Role and Status of Play in Early Childhood Education*. Buckingham: **Open University Press**, 2^a ed., 2002.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil**: fundamentos e práticas. São Paulo: Cortez, 2020.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.